

Atlântico Tapuia: comércio e aliança entre indígenas e zelandeses na Amazônia (1600-1641)¹

Atlantic Tapuia: Trade and Alliance between Indigenous People and Zealanders in the Amazon (1600-1641)

Alírio Cardoso*

RESUMO

No período da União Ibérica (1580-1640), comerciantes da Zelândia, uma das mais ricas províncias dos Países Baixos, com ou sem o apoio das duas Grandes companhias de Comércio, passam a negociar com grupos indígenas do Maranhão e do Grão-Pará. Considerados por portugueses e espanhóis como hereges e piratas, esses agentes “holandeses” utilizam principalmente os rios Amazonas e Xingu como canais para o tráfico de uma variedade de produtos naturais com grande valor na Europa. Já os indígenas aproveitam esse interesse comercial para construir alianças militares e políticas vantajosas, manipulando, muitas vezes, os circuitos financeiros de cidades neerlandesas. O objetivo desse texto é discutir a inserção dos produtos da Amazônia nas redes comerciais do norte da Europa, mas também compreender a forma como os indígenas da região tiravam vantagens políticas e bé-

ABSTRACT

During the period of the Iberian Union (1580-1640), merchants from Zeeland, one of the richest provinces of the Netherlands, with or without the support of the two Great Trading Companies, began trading with indigenous groups from Maranhão and Grão-Pará. Considered by the Portuguese and Spanish to be heretics and pirates, these “Dutch” agents mainly used the Amazon and Xingu rivers as channels for trafficking a variety of natural products of great value in Europe. The indigenous people took advantage of this commercial interest to build advantageous military and political alliances, often manipulating the financial circuits of Dutch cities. This text aims to discuss the insertion of Amazonian products into the commercial networks of northern Europe, but also to understand how the indigenous peoples of the region took political and military

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. alirio.cc@ufma.br <<https://orcid.org/0000-0002-5577-6792>>

licas da concorrência entre as potências europeias.

Palavras-chave: Tapuias; Comércio; Zelândia; Holandeses; Amazônia; Século XVII.

advantage of the competition between the European powers.

Keywords: Tapuias; Trade; Zeeland; Dutch; Amazon; 17th century.

AMAZÔNIA E AS COMPANHIAS NEERLANDESAS

Nos primeiros anos do século XVII, os produtos tropicais da Amazônia já estavam inseridos no mercado Atlântico. Durante esse período, diferentes nações europeias tentaram, de maneiras distintas, explorar esse novo mercado, principalmente franceses, ingleses, irlandeses e holandeses. Nesse cenário, também, surgiram diversos experimentos comerciais promovidos por traficantes e negociantes dos Países Baixos, especificamente da Província da Zelândia. As companhias zelandesas, sediadas numa das mais ricas das Sete Províncias rebeldes que lutavam contra a Monarquia Hispânica, conflito verdadeiramente mundial conhecido como Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), atuavam livremente nos canais e rios amazônicos. Nestas intrincadas estradas fluviais, os agentes zelandeses construíram fortalezas, casas fortificadas e feitorias, estabelecendo acordos militares, comerciais e, sem exageros, diplomáticos com as chefias nativas do Estado do Maranhão e Pará. Essa é uma das histórias menos conhecidas da historiografia brasileira, mas pode revelar muito sobre as dinâmicas econômicas específicas formadas na região que hoje chamamos de Amazônia.

De fato, a presença militar e comercial de franceses, ingleses, irlandeses, e holandeses pelos rios amazônicos não era uma situação ignorada pelas autoridades de Valladolid, Madrid, Lisboa, Olinda e Salvador. Portugueses e espanhóis não desconheciam as iniciativas dessas nações concorrentes, mas as consideravam, até os anos de 1610, simplesmente como pirataria e pilhagem, sem grandes consequências. Essa percepção muda exatamente com o avanço mais sistemático das companhias neerlandesas no cenário atlântico, a partir da década de 1621. Os objetivos e resultados desse empreendimento parecem ser diferentes do processo ocorrido em Pernambuco, no Estado do Brasil, tal como veremos (Mello, 1998; 1987; Santos Pérez; Souza, 2006; Boxer, 1965; Wätjen, 2004).

Outro evento relevante para se entender o novo *status* que ganham essas terras para espanhóis e portugueses é a própria criação do Estado do Maranhão, em 1621 (Cardoso, 2011). Separada formalmente do Estado do Brasil,

com capital na cidade de São Luís, recém tomada aos franceses, em 1615, essa enorme unidade política, mais ou menos equivalente à atual Amazônia Legal, está localizada exatamente entre as Índias de Castela e o velho Estado do Brasil (Cardoso, 2017; Chambouleyron, 2010). Com efeito, a Amazônia portuguesa não era uma região desconhecida dos agentes neerlandeses, tal como sugerem as diversas representações cartográficas desse espaço, realizadas por cartógrafos holandeses, zelandeses e flamengos (Hulsman, 2009; Klooster, 2016; Langeren, 2009).

Sobre a presença dos Países Baixos na Amazônia lusa, ao longo do século XVII, seria possível dividir as atividades holandesas e zelandesas em três momentos: a) a fase das feitorias; entre 1598 e 1640, com a instalação de uma rede de fortalezas com caráter militar, político e comercial, funcionando com amplo apoio indígena; b) a fase da conquista, entre 1641 e 1644, com a ocupação civil-militar do Estado do Maranhão pelo exército dos Países Baixos, sob a chefia do coronel Koin Anderson, com apoio de uma fração das autoridades luso-maranhenses ligadas ao negócio do açúcar; c) a fase da dispersão, entre 1645 e 1654, período de reação mais aguda de diversos setores dessa sociedade – moradores, missionários e indígenas – contra a presença neerlandesa no Maranhão.

A base empírica para este estudo são os documentos neerlandeses, em grande parte inéditos, principalmente depositados no *Nationaal Archief*, em Haia. São majoritariamente os relatórios (*rapporten*) e cartas (*brieven*) produzidos pela *West Indische Compagnie* (WIC), documentos que integram a série “Overgekomen brieven en papieren Brazilië” (“Cartas e papéis do Brasil”). Esses documentos permitem compreender o papel da Amazônia nos projetos comerciais neerlandeses na América, mas também a importância dos grupos nativos no contexto da guerra entre espanhóis e holandeses. De forma complementar, utilizaremos pareceres e relatórios do *Archivo General de Simancas* (AGS – Espanha), principalmente dos Estados da França, da Inglaterra e de Portugal, além de avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, caixas do Maranhão e caixas do Pará (AHU-Portugal).

Sabe-se que diversos grupos neerlandeses, entre traficantes, pequenos negociantes e comerciantes de grosso trato, interagiram com indígenas da região entre 1600 e 1644. Entretanto, para esse estudo nos interessa a presença especificamente zelandesa, em função das complexas relações estabelecidas com os chamados *tapuias*, indígenas considerados rebeldes na perspectiva lusa, a partir da conhecida classificação missionária (Pompa, 2003). De fato, novos estudos têm compreendido melhor algumas dinâmicas transculturais e et-

nogênicas ocorridas entre europeus e indígenas americanos, tentando superar a noção segundo a qual todos os grupos europeus teriam uma visão similar concernente aos grupos culturalmente diferentes no contexto do Atlântico (Meuwese, 2012). Da mesma forma, uma nova História Indígena, há alguns anos, vem reavaliando o papel da agência indígena em processos de encontros e conflitos, considerando-os não como passivos espectadores desse processo, mas como hábeis negociadores e conscientes de sua condição estratégica frente aos diversos projetos europeus (Monteiro, 2001; Melo, 2011; Farage, 1991; Carvalho Júnior, 2005; Pomba, 2003; Sampaio, 2011).

Nos anos iniciais do século XVII, há um recrudescimento inesperado da guerra hispano-holandesa, sobretudo na América, período chamado de *pax hispânica* pela historiografia espanhola (García García, 1996). No caso da Amazônia, o interesse neerlandês tem relação direta com sua localização geográfica e interesse geopolítico, ilustrando bem as ações neerlandesas nas fronteiras das Índias Ocidentais (Ibáñez Bonillo, 2016). De fato, no contexto da navegação seiscentista, o Estado do Maranhão se encontra no entrecruzamento de rotas valiosas do comércio mundial, sobretudo o conhecido tráfico de prata entre Peru, Caribe e Sevilha. O período coincide com uma atlantização dos negócios dos Países Baixos pelo mundo.

Após a fundação, em 1610, da *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), estava claro que os objetivos batavos inclinavam sua política para o ataque direto aos objetivos espanhóis, a partir do estabelecimento de monopólios sobre os produtos do mercado interasiático. Entretanto, só após a criação, em 1621, da *West Indische Compagnie* (WIC), os Países Baixos puderam ampliar consideravelmente o foco para os negócios do Atlântico. De fato, as duas companhias tinham uma mesma política, funcionando como misto de companhias comerciais e entidades militarizadas, como lembra Ernst van Veen (2007). O escopo central dessas companhias era, ao mesmo tempo, atingir alvos militares – sobretudo navais dos espanhóis – e sufocar as fontes de lucro dos castelhanos. Entretanto, não se pode esquecer que companhias menores desenvolviam diversas atividades em regiões distantes, como a Amazônia e as Guianas, diversificando seus negócios, investindo, por exemplo, em produtos exóticos, como especiarias alimentícias, corantes naturais, tráfico de escravizados, entre outros (Crespo Solana, 2009; Klooster, 2016; Silva, 2011, pp. 7-32; Postma, 2008).

Desse modo, o interesse pela Amazônia portuguesa não é incoerente com atividades das Províncias Unidas em áreas de fronteira, principalmente aquelas próximas às Índias Castelhanas (Heijer, 2003, pp. 97-100; Heijer, 2002; Em-

mer, 1999, pp. 48-69; Emmer, 2006, pp. 17-23). Sabe-se, por outro lado, que, apesar do monopólio marítimo-comercial da *West Indische Compagnie* na região, os Países Baixos toleravam as iniciativas de companhias particulares em várias partes da América, o que acabou levando grupos de zelandeses aos circuitos de navegação da Amazônia. No final das contas, era um sistema pensado para ser descentralizado, investindo na multiplicidade de interesses de agentes neerlandeses das Sete Províncias rebeldes, a exemplo do que ocorreu com a *Guaiaansche Compagnie*, que atuou livremente no comércio entre Esequibo, Demerara e Belice, traficando tabaco e corantes, com amplo apoio indígena (Hulsman, 2015).

Novamente, não se pode ignorar o contexto internacional das primeiras três décadas do século XVII. Esse período é marcado por muita instabilidade no processo de integração de Portugal à Monarquia Hispânica (1580-1640). Nessa mesma época, há outros diversos experimentos comerciais e de conquista territorial em curso na Amazônia, envolvendo principalmente franceses, ingleses e irlandeses, conhecidos concorrentes dos espanhóis no sistema atlântico (Lorimer, 1989; Lacroix, 2002; Pianzola, 1992; Edmundson, 1903). De fato, nos últimos anos os estudos sobre a Monarquia Hispânica têm enfatizado, exatamente, a dimensão global dos projetos espanhóis, os processos de conexões entre os territórios, mas também de circulação sincrônica de bens, gêneros, políticas e pessoas pelas partes do mundo (Elliott, 2010; Curto, 2011; Valladares Ramíres, 1993; Cardim, 2004; Marques, 2009; Schaub, 2001; García; Maffi, 2006; Santos Pérez; Megiani; Ruiz-Peinado Alonso, 2020).

Na documentação neerlandesa, sobretudo, nos relatórios enviados ao *Heren XIX* – o famoso Conselho Supremo que funcionava como instância superior para negócios da Companhia das Índias Ocidentais – na década de 1630, parece claro que a Amazônia lusa integra naturalmente as mesmas rotas de navegação entre Peru, Caribe e Europa. Esta alegada proximidade com a rota do comércio da prata, a mais importante do mundo ocidental, é um dos temas mais recorrentes, tal como veremos. Em 1638, por exemplo, o cronista zelandês Jacob Van den Keere defendia abertamente uma postura mais agressiva por parte dos Países Baixos nas proximidades do rio Amazonas, para, segundo seu entendimento, “pôr as mãos” nas riquezas do rei da Espanha. Van den Keere considerava essa opção mais vantajosa que a tomada de postos avançados no Caribe. Sendo assim, a opção pela Amazônia portuguesa tornava-se uma forma de combater o inimigo com “poucos gastos” (*kleine onkosten*), ocupando uma região geopoliticamente atraente (Keere, 1638).

O sistema utilizado pelos zelandeses era o chamado comércio de *retour-*

vracht (frete de retorno), no qual os envolvidos construíam fortalezas semiaquáticas nas margens dos rios da região, ali permanecendo vários meses com o auxílio das lideranças nativas. Devido à sua composição, aos seus materiais e, provavelmente, ao seu estilo, essas fortalezas híbridas eram uma mistura de armazém, posto avançado, porto fluvial e centro de negócios (Cardoso, 2019, pp. 1-19; Hulsman, 2006, pp. 37-69). Os principais produtos negociados com os mercados europeus eram madeira, tabaco, algodão e uma série de outras especiarias da terra. Em troca, os grupos indígenas passavam a exigir produtos cada vez mais específicos, como armas e ferramentas metálicas, criando uma demanda personalizada nos mercados do norte da Europa, tal como veremos a seguir.

TUPIS, TAPUIAS E ZELANDESES

A conhecida distinção missionária entre *tupis* e *tapuias* vem sendo revisitada pela historiografia brasileira, nos últimos anos, mais atenta à complexidade dessas definições identitárias e às várias armadilhas advindas de uma leitura essencialista da condição indígena (Monteiro, 2001; Pompa, 2003; Carvalho Júnior, 2005; Ibáñez, 2016). Por outro lado, sabe-se que portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, italianos e ingleses não compartilhavam a mesma visão de mundo sobre as diferenças entre os grupos indígenas das Américas, desconsiderando a distinção linguística e territorial adotada pelos lusos. Nas fontes neerlandesas há também uma distinção entre dois grandes grupos: os *brazilianen* (Tupi) e os *tapuia-indianen* (Tapuias). Entretanto, os neerlandeses não parecem compartilhar algumas noções fundamentais presentes na documentação portuguesa, uma vez que ela separava esses grupos pelo grau de amizade ou rivalidade com os europeus ou pela localização geográfica das aldeias, opondo indígenas do litoral a indígenas do “sertão”. Com efeito, para os neerlandeses, os Tupi não eram essencialmente amigos, e os Tapuias, por sua vez, não eram fundamentalmente opositores – ao contrário, poderiam ser excelentes aliados no combate a um inimigo comum. Chamados genericamente de povos indígenas (*inheemse bevolking*), a única distinção mais relevante nessa documentação são as diferenças entre os idiomas falados por cada grupo (Hulsman, 2006, pp. 37-69; Boogaart, 1979, pp. 519-538; Meuwese, 2012).

Na documentação neerlandesa, os indígenas da região são, via de regra, de dois tipos: inimigos dos portugueses ou escravizados pelos luso-brasileiros. Tal como veremos, o grande tema na documentação zelandesa sobre a Amazônia era a escravização dos indígenas da região. Em consequência, existiria

uma suposta inclinação favorável e disposição bélica dos indígenas aos projetos das Repúblicas Unidas. Não por acaso, ao se referir ao ímpeto dos Tarairiú do Estado do Brasil, Ernst van den Boogaart constata que os holandeses os consideravam “aliados infernais” (Boogaart, 1979, pp. 519-538). Da mesma forma, os próprios portugueses temiam possíveis acordos entre holandeses e “nações confederadas” na Amazônia. Essas “nações” eram principalmente das denominações Mapuá, Periguá, Arigura, Jaconi, Aruá, algumas vezes chamadas, genericamente, de Nhengaíbas (Cáceres, 1647; Sbrana, 2020).

Os *brazilianen*, por outro lado, na linha retórica neerlandesa, teriam motivos suficientes para apoiar uma possível tomada de praças militares por parte do exército da WIC. Nesse sentido, a condição de escravizados desses indígenas poderia facilitar possíveis acordos militares e comerciais entre holandeses e tupis. Esse era o entendimento de Gideon Morris, o “jovem”, o mais experiente navegador neerlandês em águas amazônicas. Em 1637, Morris escreveu um dos seus relatórios, enviados ao *Heren XIX*, sobre as possibilidades e a logística necessárias para a conquista do Maranhão. Nesse relato, o autor se mostrava especialmente entusiasmado com o apoio bélico tupi, estimando a adesão de centenas de milhares de guerreiros, que seriam os verdadeiros soldados dessa operação (Morris, 1637; Cardoso, 2015b, pp. 116-133).

As qualidades guerreiras dos indígenas sempre foi um tema recorrente nas fontes europeias, tanto missionárias quanto laicas (Puntoni, 2004, pp. 43-66; Carvalho Júnior, 2015; Rocha, 2022). Entretanto, nunca houve grande consenso sobre as vantagens da incorporação de regimentos nativos às forças militares regulares, ordenanças ou milícias do rei. É verdade, por outro lado, que na época de Felipe IV, de Castela, existia alistamento sistemático de não castelhanos nas guerras da Monarquia, chamados de “infanteria de naciones”, mas essas companhias sempre foram limitadas em número, segundo consta das *Ordenanzas del buen Gobierno de la Armada del Mar Oceano*, de 1633 (Ordenanzas del buen governo..., 1974, fl. 20). Sabe-se, da mesma forma, que soldados napolitanos e irlandeses católicos eram utilizados nas grandes campanhas militares da Monarquia Hispânica, como ficou evidente na campanha de Flandres (Parker, 2010).

Da parte neerlandesa, sabemos que a incorporação de soldados nativos, inclusive no Estado do Brasil, era amplamente incentivada, considerada uma política da própria WIC (Klooster, 2016; Miranda, 2011; Meuwese, 2012). Na Amazônia, tal como ocorria com outros aspectos da vida, a economia, a comunicação, a edificação de casas, o abastecimento e a guerra também dependiam, em larga escala, de contingentes indígenas (Carvalho Júnior, 2015, pp.

57-72; Rocha, 2022; Melo, 2017). Há diversos testemunhos que corroboram o interesse neerlandês em estabelecer acordos militares com indígenas da região. Em setembro de 1644, ano da expulsão dos soldados da WIC da ilha do Maranhão, o conselheiro do *Heren XIX*, Gijsbert Rudolphij, já planejava uma contraofensiva. Em uma detalhada carta, ele afirma que, à diferença dos portugueses, que considerava escravagistas por definição, os neerlandeses deveriam renegociar acordos com os *tapuia-indianen*, tratando essas nações com mais “cordialidade” (*hoffelijke*) do que espanhóis e portugueses poderiam fazer (Rudolphij, 1644).

Entre os anos 1600 e 1620, essa cooperação tapuia-zelandesa foi fundamental na construção e na manutenção das fortalezas do rio Xingu, sobre as quais falaremos mais adiante. Ainda sabemos pouco sobre os termos dessa negociação, que incluía proteção militar, abastecimento, intercâmbio de armas e ferramentas, e o serviço de uma rede de canoas para transporte de gêneros e vigilância (Figueira, 1940, pp. 176-7; Avizos tocantes à la India..., 1615). Não por acaso, essas construções estavam próximas das aldeias, e a interação entre aldeia e fortaleza era mediada, quase sempre, pelos *índios principais*, lideranças nativas que tiveram bastante protagonismo durante todo esse período. De fato, ao longo da guerra hispano-holandesa, as lideranças nativas viram, nesse conflito, uma oportunidade de obtenção de ganhos e vantagens, pessoais e coletivos, cientes da sua própria importância na contenda.

Uma dessas personagens, que ganhou força durante a guerra, foi Antônio da Costa Marapirão, chefe da nação tabajara do Maranhão. Marapirão, além de liderança experimentada, filho de um conhecido *principal* tabajara de Pernambuco, tinha uma condição especial nesse cenário: era um indígena letrado, instruído e alfabetizado por padres da Companhia de Jesus. Sabe-se que Marapirão fez diversos comentários e análises sobre o andamento da guerra aos holandeses e sobre a participação indígena no conflito. Nos anos 1640, ele chega a enviar cartas ao rei D. João IV, fazendo reiteradas queixas sobre a ilegal escravização de indígenas pelas autoridades lusas e sobre o perigo de muitos guerreiros tabajaras e tupinambás passarem ao serviço dos holandeses em função do descaso e da incúria dos lusos do Maranhão (Marapirão, 1649).

Nas primeiras décadas do século XVII, muito do que o *Heren XIX* sabia sobre a Amazônia portuguesa advinha de informações prestadas pelo já citado Gedion Morris. Gedion foi um navegador zelandês que viajou ao delta do Amazonas em 1629, permanecendo como prisioneiro de guerra por mais de 8 anos. Durante esse período, Morris conheceu profundamente muitos aspectos da cultura indígena, diferenças entre os grupos nativos e o problema do escla-

vismo luso-maranhense. Morris também se familiarizou com as rotas e com os gêneros locais. Ao retornar aos Países Baixos, estava convencido de que a conquista do Maranhão seria um negócio de poucos riscos e altas recompensas. O seu relato mais importante é a “Breve descrição do Maranhão”, de 1637 (Morris, 1637).

Escrita na cidade de Middelburgo, na Zelândia, a “Breve descrição” teve supostamente grande influência sobre as decisões posteriores do *Heren XIX*, convencendo o Alto Conselho a investir na aventura, o que resultou na conquista militar de São Luís e na formação de um governo neerlandês na ilha da capitania do Maranhão, entre 1641 e 1644. O documento é um misto de relatório militar e crônica de costumes. Nele há uma precisa descrição sobre a situação das duas principais cidades do Maranhão, São Luís e Belém, enfatizando suas debilidades. No estado do Maranhão, Morris afirma que o número de brancos não ultrapassaria os 1500, mas nas aldeias próximas das duas capitânicas seriam mais de 40 mil indígenas. Essa população, acrescenta Morris, poderia passar facilmente para o lado neerlandês, em função, novamente, das conhecidas práticas escravistas dos portugueses. Morris também tem informações de que a aliança bélica e comercial entre *Tapuia-indianen* e zelandeses já estava em curso desde pelo menos 1600, facilitando outros processos de conquista (Morris, 1637).

ECONOMIA OCEÂNICA TAPUIA

Da floresta amazônica, transportados em canoas para os armazéns fortificados dos zelandeses, entre 1600 e 1644, uma diversidade de produtos naturais atravessavam o Atlântico. O destino final eram os grandes portos de cidades holandesas e zelandesas, especialmente Amsterdam e Vlissingen. Os produtos mais valiosos eram tabaco e as especiarias tintórias, corantes de diversas cores, mas também havia mercado para o algodão, os óleos indígenas, as gomas, o âmbar, cascas de árvores semelhantes à canela, frutas variadas e o urucum (Bas, 1641). Uma estimativa conservadora assegurava que, anualmente, os agentes zelandeses lucravam perto de 40.000 libras flamengas com esse tráfico (Keere, 1638). Gedion Morris, por seu turno, afirmava que só o tráfico de algodão poderia render 30 mil libras ao ano, com o trabalho de cerca de mil indígenas (Morris, 1637). Segundo se sabe, só a cidade de Vlissingen recebia toneladas de produtos como o *Amasoonse tabak* (tabaco do Amazonas) e revendia as 10.000 libras anuais do produto por cerca de 20.000 florins (Hulsman, 2011, pp. 178-202). Nada mal, se compararmos com os riscos que

as companhias holandesas tinham de superar na Ásia e no Caribe, pontos considerados mais sensíveis pela Monarquia Hispânica (Prakash, 1996, pp. 317-336; Emmer, 2006, pp. 17-23; Crespo Solana, 2009).

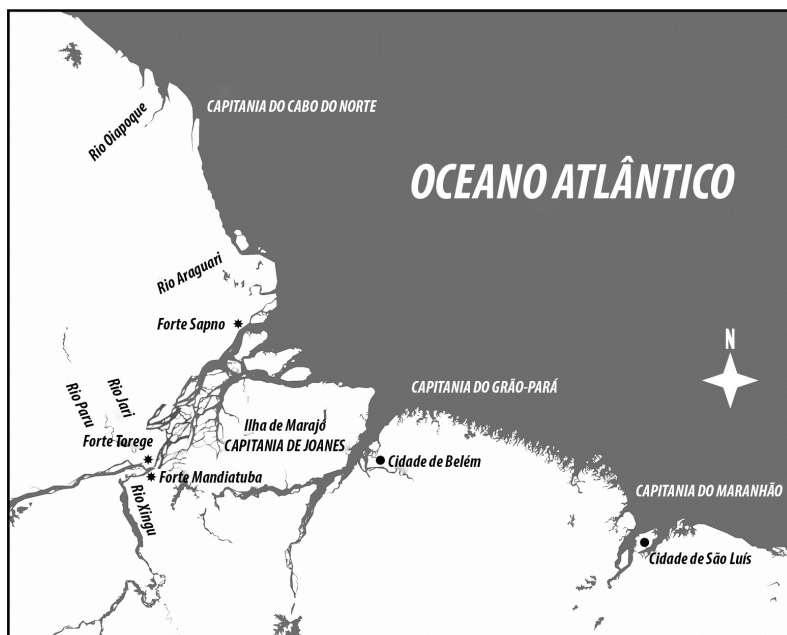
Tal como dissemos acima, esses produtos eram extraídos das florestas, transportados em canoas até as aldeias, depois, eram armazenados nos depósitos de fortalezas como Sapno e Mandiatuba. Provavelmente, os gêneros ganhavam algum tipo de processamento prévio nas próprias fortalezas antes de embarcarem para a Europa. Para essa travessia, os zelandeses usavam cargueiros leves, bem adaptados à navegação amazônica, e transição entre rio e mar. Eram os chamados *fluiten*, ou *noordvaarders*, os mesmos que eventualmente eram usados no tráfico de africanos escravizados (Unger, 2000, pp. 115-130; Postma, 2008, pp. 143). Os neerlandeses pareciam bem cientes das características da navegação amazônica e da ciência indígena, capaz de dar respostas aos problemas. Nesse sentido, os *fluinten* deveriam lidar com a grande diferença fluvial entre baixa-mar e preamar, capaz de fechar canais de acesso em questão de poucas horas; mas também com os bancos de areia, característicos dessa região (Cardoso, 2015a, pp. 389-420; Hulsman, 2011, p. 181).

Dentre todos os navios zelandeses envolvidos nesse negócio, um chama a atenção pelas informações que chegaram até os dias de hoje: o *Fortuijn*. Em 1615, encontramos esse *fluit* fazendo a rota entre o Cabo do Norte (atual Amapá) e a cidade de Vlissingen, usando como escala as aldeias próximas ao forte Sapno (ver mapa 1). Através dos dados conhecidos sobre esse cargueiro, podemos reconstruir alguns detalhes de como era esse tráfico. A viagem foi financiada por um negociante de 41 anos chamado Pieter Swaerooch. O *Fortuijn* era um navio relativamente pequeno, ajustado às características da região, como dissemos, com cerca de 80 toneladas. Em 1615, levava 25 pessoas a um custo total de 3650 florins. Consta que o cargueiro fez, pelo menos, duas viagens nessa rota, capitaneada pelo filho de Swaerooch, Jan. Uma das coisas que mais chama a atenção na saída do *Fortuijn* da Zelândia era a carga que levava aos rios Amazonas e Xingu: cerca de 3 mil florins em mercadorias especialmente manufaturadas para atender aos grupos indígenas da região. Essa mercadoria era parte dos negócios que os *tapuia-indianen* Nhengaibas tinham com os zelandeses, e em geral eram armas e ferramentas metálicas, mas, também, joias e outros adornos. Na viagem de 1615, estavam registrados, por exemplo, 200 ferros de plainar, 900 quilos de machados e facões, alguns espelhos e outras pequenas ferramentas. Na mesma viagem, os zelandeses trouxeram uma caixa com contas de vidro multicoloridas, ao que parece produzidas em Amsterdam. Nos portos de Holanda e Zelândia, tais produtos eram cha-

mados de “indiaans cargasoen” (Hulsman, 2015, pp. 13-34). O registro final avalia esses presentes em f 400 (Hulsman, 2011, pp. 178-202).

Segundo Hulsman, o *Fortuijn* negociava mercadorias valorizadas pelos indígenas como pagamento pelo apoio logístico, pela proteção militar das fortalezas, pela coleta e pelo armazenamento de gêneros de valor na Europa. Em seguida, o envio dos produtos aos Países Baixos financiava a próxima viagem (Hulsman, 2011, pp. 178-202). O sistema não era totalmente novo, tendo sido praticado na própria região, entre a Guiana e o Maranhão, por ingleses, irlandeses e franceses. As próprias fortalezas funcionavam em parceria com soldados e negociantes ingleses e irlandeses (Lorimer, 1989; Edmundson, 1903). No caso zelandês, pelo que se pode inferir dos relatórios disponíveis sobre o Maranhão e o Grão-Pará, a começar pelos próprios relatos de Gedion Morris, até 1621 existiria um verdadeiro acordo militar-comercial entre zelandeses e *tapuia-indianen*, tratativas que superavam o simples escambo praticado por franceses e ingleses.

Figura 1: Capitânicas e cidades portuguesas, com localização das fortalezas zelandesas.



Fonte: autor e equipe.

Por tudo isso, essas atividades nas fronteiras com as Índias de Castela chamaram rapidamente a atenção das autoridades castelhanas e portuguesas. Com efeito, na década de 1620, os portugueses deslocaram regimentos aquáticos, com caravelas e canoas, com apoio tupinambá para destruir as fortalezas holandesas e expulsar os “hereges”. Essa ação militar ocorreu 4 anos antes da tomada neerlandesa de Salvador. Na ocasião, estavam, nos rios Xingu e Amazonas, alguns dos portugueses mais experimentados da época, como Vicente Cochado, Luís Aranha de Vasconcelos e Pedro Teixeira. Só o segundo regimento, liderado por Aranha de Vasconcelos, levou ao Xingu cerca de 70 soldados europeus e mais de mil indígenas flecheiros, transportados por incontáveis canoas de guerra (Cochado, 1624, fl. 688-691v.) O objetivo final era a destruição total das três grandes fortalezas zelandesas: Sapno, Torege e Mandiatuba, que funcionavam ativamente entre a parte oceânica do Cabo do Norte, a parte ocidental da Ilha de Joanes e as margens do rio Xingu. Nesse contexto, o *Fortuijn* foi interceptado pelas forças lusas e totalmente queimado, em 1616, por ordem do capitão Pedro Teixeira (Hulsman, 2011, pp. 178-202). O que foi encontrado nas três fortalezas assustou os portugueses envolvidos nas batalhas. Eram peças de artilharia, canhões, arcabuzes, pistolas. Nos depósitos foi encontrado um carregamento de várias libras de tabaco, algodão e diversas madeiras, material já processado, que esperava embarque para a Europa. No forte Torege foram encontrados escravos africanos, “negros de Angola”, o que indicava que os zelandeses estavam refazendo diversos circuitos de tráfico, conectando África, Europa e Amazônia (Vasconcellos, 1904 [1624], pp. 391-394).

Quadro 1: Estimativa anual dos produtos amazônicos (Keere, 1638).

Produto	Quantidade/peso	Valores (libra flamenga)
Açúcar	500 caixas	£ 2.500
Tabaco	100.000 libras	£ 6.666,13
Algodão	60.000 libras	£ 5.500
Gengibre	4.000 libras	£ 400
Arroz	4.000 libras	£ 100
Âmbar	Não informado	£ 2.500
Drogas e corantes	Não informado	£ 2.000
Total: £ 42.166,13		

Figura 2: “Descrição dos rios Pará, Curupá e Amazonas descuberto e sondado por mandado de Sua Mag., Antonio Vicente Cochado, 1623”. Mapa com as fortalezas zelandesas.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (Brasil) (Cochado, [s.d.]).

Apesar do fim trágico, o *Fortuijn* é um dos exemplos do pragmatismo da atividade zelandesa na região, ao mesmo tempo em que é um testemunho da capacidade indígena de identificar as rivalidades entre as nações europeias, avaliar as circunstâncias e negociar termos vantajosos. De qualquer forma, as histórias sobre “holandeses” lucrando no famoso rio Amazonas se espalharam. Em 1615, encontramos notícias nebulosas reportadas pelas autoridades castelhanas sobre um neerlandês chamado “Pedro Luís” (Peter Lodewijk?). O tal neerlandês diz ter conseguido permissão dos “Estados de Holanda” para transferir neerlandeses estacionados na Guiana e no Suriname, para irem ao rio Amazonas fazer comércio com tinturas vermelhas, tabaco e outras “especiarias”. O tal Peter diz ter aprendido a língua do gentio, e que os holandeses poderiam multiplicar suas riquezas nessa nova terra, com esse auxílio nativo. Diz ainda ter ouvido falar que Theodor Claesvis, famoso negociante de Leiden, radicado em Amsterdam, teria já feito uma ocupação nova na Guiana, fronteira com as terras portuguesas, transferindo população do Suriname,

com muitos casais que seriam frutos da união entre homens brancos e mulheres indígenas (Avizos tocantes à la India..., 1615).

Em fevereiro de 1640, às vésperas da tomada neerlandesa da cidade de São Luís, foi produzido outro relatório, novamente escrito por Gedion Morris, dessa vez em parceria com o conselheiro do *Heren*, Jean Maxwell. O documento foi enviado diretamente à Câmara da província da Zelândia. Algumas questões chamam a atenção nesse relatório em particular. Trata-se de uma síntese dos argumentos presentes em relatórios anteriores, enfatizando três questões consideradas fundamentais: a posição geopolítica do Maranhão, entre o Brasil e as Índias castelhanas (*provintien van Peru*); a suposta facilidade de uma conquista militar da região, em função da pouca qualidade das defesas lusas; e o grande apoio indígena que teriam holandeses e zelandeses. Por fim, o documento enfatiza um último aspecto a ser considerado: existiria um tempo limite para ações militares na região, uma janela de oportunidades para que portugueses e espanhóis, cientes da posição estratégica dessas terras, investissem na sua fortificação e anulassem qualquer possibilidade de conquistas futuras por parte das Províncias Unidas. Segundo Morris e Maxwell, o *Heren* deveria reconhecer que a “conquista [*conquest*] do Maranhão é um negócio da maior importância” (Morris; Maxwell, 1640).

Esses relatos em conjunto corroboram a ideia de que a navegação para o Maranhão, suas condições naturais e vocação econômica apresentam condições semelhantes àquelas encontradas nas Índias de Castela, território espanhol, principalmente por ser este território português fronteiriço a Guiana, Peru e Caribe. Com efeito, nos últimos anos, uma renovada historiografia, dos dois lados do Atlântico, tem repensado tais interações transfronteiriças a partir de perspectivas conectadas, para além da noção de Estado Moderno (Peris Branes, 2010, pp. 247-256; Quijano, 1993; Prakash, 1994, pp. 1475-1490; Chakrabarty, 2000). No caso do Maranhão e do Grão-Pará, a própria documentação neerlandesa apresenta outra versão relativamente à vocação oceânica dessas terras ao norte da América lusa, como veremos abaixo.

A AMAZÔNIA, O BRASIL E AS ÍNDIAS

A historiografia holandesa, nos últimos anos, tem superado uma perspectiva ufanista e nacionalista sobre sua presença “colonial”, encarando de for-

ma crítica o tema da participação neerlandesa em processos violentos, como o tráfico de escravizados africanos, por exemplo (Klass, 2000; Boogaart, 2012, pp. 47-63; Postma, 2008; Vries, 2005). Por outro lado, há um claro esforço no sentido de perceber diferenças entre os modelos de conquista. Nesse sentido, Pieter Emmer argumenta que a experiência neerlandesa no Atlântico não compartilhava, em muitos aspectos, da mesma noção de conquista territorial de ingleses, espanhóis e portugueses (Emmer, 1998). Os holandeses, apesar da rigidez econômica e fiscal, desenvolveram poucos sistemas de controle efetivo sobre os territórios (Emmer, 2014, pp. 337-356). Sobre a relação entre os holandeses e os demais projetos ocidentais, Wim Klooster argumenta que, ao contrário de espanhóis e portugueses, os intercâmbios entre holandeses e indígenas não tinham um claro sentido de conversão religiosa ou reforma de costumes. Essa noção abriria espaço para outras dinâmicas de interação, comerciais e militares, por exemplo, com vantagens para os dois lados (Klooster, 2016, pp. 6). Da mesma forma, para Neil Whitehead, alianças convenientes, como a que teria ocorrido entre zelandeses e tapuias nos rios da Amazônia, poderiam ilustrar bastante bem a noção de “ethnic soldiering”, no sentido de uma colaboração etnogênica, uma formulação nova, forjada pelas dinâmicas do contato em momentos de grande atrito (Whitehead, 1990, pp. 357-385).

Entretanto, o tipo de colaboração que ocorreu entre zelandeses e *tapuia-indienen* na Amazônia não foi inusual. É mesmo possível comparar o caso do Maranhão e do Grão-Pará com interações semelhantes ocorridas na própria vizinhança: Guiana, Nova Granada e partes do Caribe. Nesses lugares, o modelo de conquista implementado pelas Repúblicas pressupunha que, em função da ausência de população neerlandesa, existiria um alto grau de concessão à participação nativa nos negócios. Essa relação estava longe de ser simétrica entre as partes, mas a forma de conquista seria menos territorial, e mais ligada a ações pragmáticas de sobrevivência mútua e negociação constante. Em outras palavras, conquistar sem estar fisicamente presente nos lugares conquistados (Oostindie; Roitman, 2014, pp. 1-21).

Por outro lado, a representação territorial do Maranhão e do Grão-Pará nos textos zelandeses tem profunda relação com a experiência dos Países Baixos na faixa equinocial do Atlântico. De fato, para o contexto do século XVII, o Maranhão está mais próximo dos circuitos da navegação da “costa selvagem”, que incluía Suriname, Essequibo, Berbice e Demerara (Goslinga, 1971). Sabe-se que, segundo a cartografia holandesa da época, o Maranhão é visto como região contínua e conectada naturalmente ao Caribe (Langeren, 2009).

Essa identidade entre o Caribe e o norte da América portuguesa talvez seja o aspecto mais relevante, por exemplo, do relatório de Morris, que defendia usar no Maranhão o mesmo modelo econômico já praticado nas Antilhas holandesas (Morris, 1637).

As interações entre tapuias e zelandeses eram de natureza híbrida, ao mesmo tempo bélica, política, estratégica e comercial. Esse exótico intercâmbio diz muito sobre a necessidade de uma outra reflexão a respeito da própria natureza da economia amazônica seiscentista. Essa economia aparece definida por três elementos essenciais: 1) a necessidade de adequação à fluvialidade, ou a onipresença dos caminhos aquáticos, definidores das opções comerciais e bélicas (Chambouleyron, 2019, pp. 107-131); 2) a importância das relações fronteiriças ou transfronteiriças na definição das rotas e conexões; 3) a transição entre o sistema de cultivo e o de extração de produtos da floresta. Essas são características com as quais os agentes zelandeses estavam bem habituados nos princípios do século XVII. Nesse sentido, a própria localização das fortalezas seria um fator decisivo para o êxito do sistema de *retourvracht*, sempre posicionadas na transição entre rio e mar, próximas das aldeias. O sistema permitia aclimatar gêneros exógenos, como a cana-de-açúcar e o arroz; cultivar produtos locais, como era o caso do tabaco; e extrair outros diretamente da floresta, a exemplo das madeiras corantes, do ucurum e do âmbar. Esse era considerado um sistema mais apropriado que o cultivo de monoculturas ao estilo do que faziam as fazendas de Pernambuco.

Por fim, o estudo das experiências não-ibéricas parece ser fundamental para uma visão de conjunto das economias luso-americanas. A Amazônia, tradicionalmente interpretada pela historiografia nacional como pouco conectada aos grandes movimentos da economia do Atlântico (Prado Júnior, 1997; Cardoso, 1984; Alencastro, 2000), parece ter elementos mais dinâmicos e complexos do que imaginávamos. Por outro lado, a história da presença neerlandesa na região é também a história da capacidade indígena de movimentar mercados longínquos e expectativas. Devemos admitir que grupos Tupi e Tapuia conheciam bem as rivalidades europeias e souberam tirar proveito desse processo de alteridade.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AVIZOS TOCANTES À LA INDIA Occidental. Explican los progressos que olandeses, franceses e ingleses, hacian en las riberas del rio de las Amazonas &. Palácio, 24 maio 1615; Patronato 272, R3. Sevilha (Archivo General de Indias). 1615.
- BAS, Pieter Janssen Lijst van de goederen die zijn gezonden naar de directeur van Maranhao, Bas; 1.05.01.01, inv. n. 57 (223); NL-HaNA_OWIC. Haia (Nationaal Archief te Den Haag, NA). 1641.
- BOOGAART, Enst van den. *Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu – 1631-1654*. In: BOOGAART, Enst van den; HOETINK, Hans; WHITEHEAD, Peter James Palmer (Eds.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679: A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: Johan Maurits van Nassau-Siegen Stichting, 1979. pp. 519-538.
- BOOGAART, Ernst Van. As perspectivas da Holanda e do Brasil do “Tempo dos Flamengos”. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. *Brasil Holandês: História, memória e patrimônio compartilhado*. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 47-63.
- BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire: 1600-1800*. London: Hutchinson & Co., 1965.
- CÁCERES, João Pereira de. Trelado de protesto do capitão-mor do Gurupá, João Pereira de Cáceres, relativo à chegada de navios estrangeiros àquele porto, e as alianças praticadas entre os comandantes holandeses e o gentio das nações engaiaba, mapuas, periquas, ariquiras, jacoanis, managages, aruanes e outras suas confederadas; Caixas do Pará (avulsos), cx 1, doc. 69. Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, AHU). 28 jun. 1647.
- CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. *Hispania*, v. LXIV, n. 216, pp. 117-156, 2004.
- CARDOSO, Alírio. Amazônia e a carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica. *Revista de Índias*, v. LXXV, n. 264, pp. 389-420, 2015a.
- CARDOSO, Alírio. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paulo: Alameda, 2017.
- CARDOSO, Alírio. Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). *Topoi*, v. 18, n. 35, pp. 406-428, 2017.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, pp. 317-338, 2011.

- CARDOSO, Alírio. The Dutch in Portuguese Amazonia: War, Trade and Navigation (1620-1641). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUSA, Luís Costa e (Orgs.). *Rivers and Shores: "Fluviality" and the Occupation of Colonial Amazonia*. 1ª Ed. Vol. 1. Peterborough: Baywolf Press, 2019. pp. 1-19.
- CARDOSO, Alírio. Spices in Portuguese Amazon Region: Vegetable Retail and Atlantic Trade in the End of the Spanish Monarchy. *Revista Tempo*, v. 21, n. 37, pp. 116-133, 2015b.
- CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História militar da Amazônia: Guerra e sociedade (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: CRV, 2017.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Rivers and Land Grants in the Colonial Amazon Region (Late Seventeenth and First Half of the Eighteenth Century). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUSA, Luís Costa e (Orgs.). *Rivers and Shores: "Fluviality" and the Occupation of Colonial Amazonia*. 1ª Ed. Vol. 1. Peterborough: Baywolf Press, 2019. pp. 107-131.
- COCHADO, Antônio Vicente. "Descrição dos rios Pará, Curupá e Amazonas descoberto e sondado por mandado de Sua Mag., Antonio Vicente Cochado, 1623". [s.d.]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- COCHADO, Antônio Vicente. Relação que faz Antonio Vicente Cochado do descobrimento do rio das Amazonas, e Cabo do Norte, que foi fazer por orden de V. Magde; Secretarias Provinciales, 1467, fl. 688-691v. Valladolid (Archivo General de Simancas, AGS). 27 jul. 1624.
- CRESPO SOLANA, Ana. *Mercaderes atlánticos: Redes del comercio flamenco y holandés entre Europa y el Caribe*. Córdoba: Universidad de Córdoba; CajaSur Publicaciones, 2009.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- EDMUNDSON, G. The Dutch on the Amazon and Negro in the Seventeenth Century. *English Historical Review*, v. 72, n. 18, pp. 642-663, out. 1903.
- ELLIOTT, John Huxtable. *Espana, Europa y el Mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.

- EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; SOUZA, George Félix Cabral de (Eds.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. pp. 17-32.
- EMMER, Pieter. The Rise and Decline of the Dutch Atlantic, 1600-1800. In: OOSTINDIE, Gert; ROITMAN, Jessica V. (Orgs.). *Dutch Atlantic Connections, 1680-1800: Linking Empires, Bridging Borders*. Leiden; Boston: Brill, 2014. pp 337-356.
- EMMER, Pieter; KLOOSTER, Wim. *The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire*. *Itinerario: European Journal of Overseas History*, v. 23, n. 2, pp. 48-69, 1999.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FIGUEIRA, Luiz, S. J. Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim da paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses e franceses e outras nações [1631]. In: LEITE, Serafim. *Luiz Figueira, sua vida heróica e sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940. pp. 167-177.
- GARCÍA GARCÍA, Bernardo José. *La Pax Hispánica: Política exterior del Duque de Lerma*. Leuven: Leuven University Press, 1996.
- GARCÍA HERNÁN, Enrique; MAFFI, Davide (Eds.). *Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica: Política, estrategia y cultura en la Europa Moderna (1500-1700)*. Vol. I. Madrid: Laberinto; Fundación Mapfre, 2006.
- GOSLINGA, Ch. Cornelis. *The Dutch in the Caribbean and on the Wild Coast, 1580-1680*. Gainesville: University of Florida Press, 1971.
- HEIJER, Henk Den. The Dutch West India Company, 1621-1791. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (Eds.). *Riches from Atlantic Commerce: Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817*. Leiden; Boston: Brill, 2003. pp. 97-100.
- HEIJER, Henk Den. *De Geschiedenis van de WIC: Opkomst, Bloei and Ondergang*. Zutphen: Walburg Press, 2002.
- HULSMAN, Lodewijk A. H. C. Las Guyanas holandesas en América Latina (1600-1814). *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia*, n. 41, pp. 13-34, ene.-jun. 2015.
- HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História (USP)*, v. 154, pp. 37-69, 2006.
- HULSMAN, Lodewijk A. H. C. *Nederlands Amazonia: Handel met Indianen tussen 1580 en 1680*. Thesis (PhD in History) – Amsterdam Institute for Humanities Research, University of Amsterdam. Amsterdam, 2009.
- HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o Comércio Holandês com Índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, v. VI, n. 1, pp. 178-20, 2011.

- IBÁÑEZ BONILLO, Pablo. *La conquista portuguesa del estuario amazónico: identidad, guerra, frontera (1612-1654)*. Tesis (Doctorado en Historia) – Universidad Pablo de Olavide. Sevilla, 2016.
- KEERE, Jacob Van de [Van de Queere]. Copij van Remonstratie gedaen aen eenige vrinden van weegen die revier van die Amasoenes ende Marenjaen a 1638. Oude West Indische Compagnie; 1.05.01.01, inv. n. 46; NL-HaNA_OWIC. Haia (Nationaal Archief te Den Haag, NA). 1638.
- KLASS, Ratelband. *Nederlanders in West-Afrika (1600-1650): Angola, Kongo en São Tomé*. Zutphen: Walburg Pers, 2000.
- KLOOSTER, Wim. *The Dutch Moment: War, Trade, and Settlement in the Seventeenth-Century*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2016.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação Francesa de São Luís e seus mitos*. 2ª Ed. São Luís: Lythograf, 2002.
- LANGEREN, A. F. van. Map of South America [1595]. In: BAGROW, Leo. *History of Cartography*. New Brunswick; Oxford: Transaction Publishers, 2009.
- LORIMER, Joyce. *English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550-1646*. London: The Hakluyt Society, 1989.
- MARAPIRÃO, Antônio. CARTA do índio principal do Maranhão, Antônio da Costa Marapirão e outros chefes indígenas para o rei [D. João IV], queixando-se dos procedimentos dos governadores e capitães do Pará, e reivindicando a liberdade dos índios. Pará, 6 set. 1649; Maranhão (avulsos), cx 1, doc. 76. Lisboa (Arquivo Histórico Ultramarino, AHU). 1649.
- MARQUES, Guida. *L'Invention du Bresil entre deux monarchies: Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union iberique, 1580-1640*. Tesis (PhD en Histoire) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 2009.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas Guerras: Índios e Portugueses nos Sertões do Maranhão e Piauí (Primeira Metade do Século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas Guerras: Índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.
- MEUWESE, Mark. *Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674*. Atlantic World. Europe, Africa and the Americas, 1500-1674. Leiden; Boston: Brill, 2012.

- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tesis (PhD in History) – Universitet Leiden. Leiden, 2011.
- MONTEIRO, John M. *Tupis tapuias e historiadores: estudos de História indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em História) – Universidade de Campinas. Campinas, 2001.
- MORRIS, Gedion. Beschrijving van Maranhão, Ceará, Grand Pará en andere rivieren liggende in het stroomgebied van de rivier van Amazonas. Middelbourg, 22 out. 1637. Oude West Indische Compagnie; 1.05.01.01, inv. n. 46; NL-HaNA_OWIC. Haia (Nationaal Archief te Den Haag, NA). 1637.
- MORRIS, Gedion; MAXWELL, John. Kort verslag over Maranhão door Gedion Morris en John Maxwell. Vlissingen. Oude West Indische Compagnie. Nederland; 1.05.01.01, inv. n. 46; NL-HaNA_OWIC. Haia (Nationaal Archief te Den Haag, NA). 3 fev. 1640.
- OOSTINDIE, Gert; ROITMAN, Jessica (Orgs.). *Dutch Atlantic Connections, 1680-1800: Linking Empires, Bridging Borders*. Leiden; Boston: Brill, 2014.
- ORDENANZAS DEL BVEN GOBIERNO de la Armada del Mar Oceano, de 24 de janeiro de 1633. Madrid: *Instituto Histórico de Marina*, 1974 [fac-símile da edição de Barcelona do ano de 1678]. fl. 20.
- PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español, 1567-1659: La logística de la victoria y derrota de España en las guerras de los Países Bajos*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.
- PERIS BLANES, Jaume. La aparición del debate postcolonial en América Latina: posiciones, contradicciones y problemas. *EPOS*, v. XXVI, pp. 247-256, 2010.
- PIANZOLA, Maurice. *Os Papagaios Amarelos: os franceses na conquista do Brasil*. São Luís: SCEM; Alhambra, 1992.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc; Anpocs, 2003.
- POSTMA, Johannes. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*. Cambridge: University Press, 2008.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 42ª Ed., 1997.
- PRAKASH, Om. *Restrictive Trading Regimes: VOC and the Asian Spice Trade in the Seventeenth Century*. In: PEARSON, Michael N. (Ed.). *Spices in the Indian Ocean World*. Aldershot: Variorum, 1996. pp. 317-336.
- PRAKASH Gyan. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, pp. 1475-1490, Dec. 1994.
- PUNTONI, Pedro Luís. *A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “Etnia” y “Nación” en Mariátegui: cuestiones abiertas. In: MORGUES, R. (Org.). *Encuentro Internacional Jose Carlos Mariátegui y Europa: El Otro Aspecto del Descubrimiento*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1993. pp. 167-187.
- ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Curitiba: CRV, 2022.
- RUDOLPHIJ, Gijsbert. Oude West Indische Compagnie; 1.05.01.01, inv. nr. 9; NL-HaNA_OWIC. Haia (Nationaal Archief te Den Haag, NA). 17 set. 1644.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula Torres; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luís. *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Universidad, 2020.
- SANTOS PÉREZ, José Manuel; SOUZA, George Félix Cabral de (Eds.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006.
- SBRANA, Darlan Rodrigo. *Morubixabas: chefes tupinambás no processo de formação do Maranhão colonial (1603-1619)*. Curitiba: Appris, 2020.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SILVA, Filipa Ribeiro da. Crossing Empires: Portuguese, Sephardic, and Dutch Business Networks in the Atlantic Slave Trade, 1580-1674. *The Americas*, v. 68, n. 1, pp. 7-32, Jul. 2011.
- UNGER, Richard W. The Fluit: Specialist Cargo Vessels 1500-1650. In: GARDINER, Robert (Ed.). *Cogs, caravels and galleons: Conway's History of the Dhip: The Sailing Ship 1000-1650*. London: Book Sales, 2000. pp. 115-130.
- VALLADARES RAMÍRES, Rafael. El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668). *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 14, pp. 151-172, 1993.
- VASCONCELLOS, Luiz Aranha de. Informação de Luiz Aranha de Vasconcellos sobre o descobrimento do Rio das Amazonas. *ABNRJ*, v. 26, 1904 [1624]. pp. 391-394.
- VEEN, Ernst Van. Les interactions luso-néerlandaises en Europe et en Asie (1580-1663). In: BETHENCOURT, Francisco; ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro (Eds.). *L'Empire portugais face aux autres Empires: XVIe-XIXe siècles*. Paris: Maisonneuve & Larose; Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 41-68.
- VRIES, Jan de. The Dutch Atlantic Economies. In: COCLANIS, Peter A. (Ed.). *The Atlantic Economy During the Seventeenth and Eighteenth Centuries: Organization, Operation, Practice, and Personnel*. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 2005.

WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: Um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: Governo de Pernambuco; Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

WHITEHEAD, Neil Lancelot. Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the Antilles, 1492-1820. *Ethnohistory*, v. 37, n. 4, pp. 357-385, 1990.

NOTA

¹ Esta pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Financiamento código 001. Agradeço aos professores Rafael Chambouleyron (UFPA-Brasil) e Lodewijk Hulsman (*in memoriam*), ao José Haroldo Matos Machado (UFMA), pelo auxílio na produção do mapa sobre as fortalezas zelandesas, e aos meus bolsistas do programa PIBIC-UFMA.



Artigo submetido em 15 de agosto de 2024.
Aprovado em 05 de julho de 2025.